



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA- 2019

RITA SEBOLA: de escrava a senhora de escravos.

Alanna Perônio Bacelar Pereira¹; Adriana Dantas Reis²;

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: alannabp@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: adrihis@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Gênero; Cor; Mobilidade social.

INTRODUÇÃO

Observa-se nas últimas décadas um acentuado crescimento de pesquisas sobre as mulheres e sua participação ao longo da história, a partir da reformulação dos parâmetros de análise que agora inserem a epistemologia feminista e o conceito de gênero como categoria de análise (PERROT, 2005; SILVA, 2010; REIS, 2017). Tratando-se da atuação feminina negra no período colonial, é preciso ressaltar que corresponde a uma das maiores lacunas dentro da historiografia, considerando que na maior parte das vezes elas se tornam assexuadas nas discussões sobre o tráfico de escravos, ou continuam assumindo o plano de fundo para o protagonismo masculino na colônia.

De acordo com Adriana Dantas Reis (2017) em “Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil”, essas transformações acadêmicas perpassam pela revisão do papel histórico de cada sujeito e não apenas no que tange ao período colonial, mas no que se refere às interações das mulheres relacionando as questões de gênero e escravidão. Logo, essa análise se desdobra na problematização da hierarquia social vigente que naturaliza os papéis sociais e constrói uma “oposição binária, que estabeleceu lugares fixos para senhores e escravos” (REIS, 2017, p.13). Para isso, os/as pesquisadores/as utilizam de diversas fontes a fim de complementar as lacunas deixadas pelos documentos oficiais, assim “esses novos estudos privilegiam a dinâmica interna da sociedade, introduzindo temas como: crime-control, demografia, família, economia-produção (urbana e rural), cultura (religião), resistência (cotidiana, quilombos, levantes, fugas); abolição e desagregação, mulheres e trabalho.” (REIS, 2017, p.13). Neste sentido, o crescimento de pesquisas abordando as questões de gênero e raça já atinge números significativos, entretanto estão voltados muito mais para o século XIX e XX do que para o XVIII (REIS, 2012) e períodos anteriores.

Fruto desse crescimento, e da carência supracitada, este trabalho possui como objetivo central contribuir para o registro da história das mulheres negras no Brasil durante o período colonial e a valorização do seu papel ao da história. A partir da trajetória de Rita Gomes Silva (Rita Sebola), uma mulher de cor, ex-escrava, que se tornou dona de escravos denota-se as possibilidades de mobilidade social que permitiu a ascensão desta e sua contribuição para que outras fossem alforriadas, na Bahia, entre os séculos XVIII e XIX.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Considerando a condição escravizada de Ritta Sebola não é surpreendente que ela não tenha deixado nenhum registro pessoal por escrito. Sendo assim, este trabalho foi realizado com base em alusões feitas por terceiros, constatadas em dois documentos oficiais do Tribunal da Relação de Salvador¹, o testamento de Inocêncio José da Costa² e a menção feita a Ritta Sebola nos diários de Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (publicados em 1992).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

A narrativa da história de Rita Gomes Silva é um exemplo da dinâmica no cenário social brasileiro durante o século XVIII e de como podemos compreender algumas circunstâncias que possibilitaram a mobilidade social das mulheres negras e pardas baianas por volta do período trabalhado considerando os mais diversos recursos utilizados por elas para conquistar sua mudança de status social (CASTRO FARIA, 2004; GUEDES, 2008; REIS, 20010; FARIA, 2018).

Cabe ressaltar que o fato destas mulheres terem ascendido socialmente não impede considerar a hipótese de que elas também sofriam dos mais diversos tipos de violência. Nesse mesmo viés também foi possível reafirmar como uma estrutura racista condena toda e qualquer ação feita pelas mulheres negras, inclusive quando estas reproduzem os modos comportamentais das mulheres brancas (FURTADO, 2003; SOARES, 2007; HORA, 2015;).

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Por fim, mas não menos importante, acredito que o desdobramento de pesquisas como esta, além de contribuir para a historiografia do período colonial, também incide na representatividade positiva da população afro-descendente na atualidade e na promoção de uma educação antirracista.

Concluo afirmando que toda e qualquer dificuldade imposta não deve ser um impedimento para continuarmos na incessante busca de resgatarmos a atuação feminina ao longo da história. A trajetória de mulheres como Chica da Silva, Luzia Jeje e Rita Sebola é apenas uma pequena demonstração da força, coragem e múltiplas habilidades que essas mulheres tiveram para superar as barreiras que limitavam ou inferiorizavam sua própria existência. Mais do que uma questão de representação dentro da historiografia, ampliar as pesquisas sobre as mulheres e divulgar os resultado sobre elas é também um ato político, para as atuais e próximas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. **LONGOS SERÕES DO CAMPO**. Org. Maria Clara Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

CASTRO FARIA, Sheila de. “Sinhá pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850)”. Niterói, (tese apresentada para concurso para Professor Titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense, 2004.

_____, A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹ Infelizmente não foi possível consultar esta documentação do Tribunal da Relação, sendo assim, foi utilizado o recorte apresentado por Anna Bittencourt (1992). **BITTENCOURT**, Anna Ribeiro Goes. Longos serões do campo. Org. Maria Clara Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.216-217.

² APEB, Judiciário. Tribunal de Justiça: 08/ 3465/02. Inventário: COSTA, Inocêncio José (1805). Consultado em: 29 de junho de 2018.

FARIA, Juliana Barreto. “No tabuleiro da cidade: faces do pequeno comércio no Rio de Janeiro Colonial”. In: Estudos em história colonial: a Baía de todos os santos e outros espaços luso-americanos. p: 233-255. Org. REIS, Adriana D. e ADAN, Caio F. Fernandes. Feira de Santana: UEFS Editora. 2018;

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes – o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

HORA, Raiza C. Canuta da. “Sob os olhos do Bonfim: Africanos em suas vivências matrimoniais, familiares e sociabilidades na Cidade da Bahia nos séculos XVIII e XIX (1750-1810). Dissertação de mestrado defendido na Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2015. Salvador- Bahia.

_____. Escravidão, cor, gênero e mobilidade social: a trajetória de Antônia Gomes na cidade da Bahia setecentista. *IN: Revista Interface Científicas – Humanas e Sociais*. Aracaju: 2017. V.6, n. 2. p. 175-186.

PERROT, Michelle. AS MULHERES OU OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC; 2005.

REIS, Adriana Dantas. Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

_____. Malvadas ou redentoras? A representação da senhora de escravos (Bahia, século XIX). *Humanas: revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia- UEFS- Ano 1, n1 (jan/jun.2002) – Feira de Santana: UEFS, 2002.*

_____. BELEZA NEGRA, CULTURA SEXUAL E ESCRAVIDÃO. *In: As mulheres negras por cima o caso de Luzia Jeje: Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c.1780-c 1830*. Rio de Janeiro: 2010.

_____. As mulheres negras por cima o caso de Luzia Jeje: Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c.1780-c 1830. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2010.

_____. Pardos na Bahia: casamento, cor e mobilidade social, 1760-1830. *Revista online*. 2013. Disponível no link: https://www.academia.edu/19774628/Pardos_na_Bahia_casamento_cor_e_mobilidade_social_1760-18301

_____. GÊNERO: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. In: *Revista Interface Científicas – Humanas e Sociais*. Aracaju: 2017. V.6, n. 2. p. 13-28.

SILVA, Maria da Penha. MULHERES NEGRAS: SUA PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA NA SOCIEDADE ESCRAVISTA Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SOARES, Cecília C. Moreira. MULHER NEGRA NA BAHIA NO SÉCULO XIX. Salvador: ADUNEB, 2007.